



2



3

4 **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF**

5 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**

6 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 1º Andar Bloco 'D' - Palácio das Araucárias.**

7 **CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná**

8

9 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR**

10 **Reunião Plenária Extraordinária – 10/09/2020**

11

12 No décimo dia do mês de Setembro de 2020 (10/09/2020), às 09:00 horas, na sala de  
13 Gestão do 7º andar – à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Centro Cívico em Curitiba-  
14 PR, foi dado início a Reunião Extraordinária do Conselho da Criança e do Adolescente do  
15 Paraná CEDCA/PR, transmitida via webconferência pelo meet,  
16 <https://meet.google.com/vhu-zdva-gdn>, a (o) qual os conselheiros (as) foram previamente  
17 convocados. A presidente desse Colegiado, Conselheira Ângela Christianne Lunedo de  
18 Mendonça pediu para que os conselheiros se apresentassem para a **chamada nominal**  
19 **dos conselheiros presentes**: Débora Cristina dos Reis Costa ( Associação Paranaense  
20 de Cultura – APC), Márcia Gonçalves Valim Paiva (Instituto Leonardo Murialdo), Antônio  
21 Carlos Pereira (AMOA), Thiago Alberto Aparecido (Associação de Pais e Amigos de  
22 Maringá – APAE), Scheila Bruschi Meneguette (Associação dos Amigos do Hospital de  
23 Clínicas da Universidade Federal do Paraná), Rodrigo Silva Bonfim (Associação  
24 Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro), Adriano Roberto dos Santos  
25 (Associação Antônio e Marcos Cavanis), José Wilson de Souza (Instituto de Apoio a  
26 Adoção de Crianças e Adolescentes Trilhas do Afeto), Maria Tereza Chaves (Associação  
27 de Portadores de Fissura Labiopalatal de Cascavel), Ires Damian Scuzziato (Centro  
28 Beneficente de Educação Infantil Ledi Mass Lions), Ivy Karla Bustamante Abbade  
29 (Universidade Livre para Eficiência Humana - Unilehu), Gisele Figueiredo (Ação Social do  
30 Paraná), Alberto Marciano Júnior (Casa Civil), Antônio Carlos Dourado (Secretaria da

31 Educação e do Esporte - SEED/Superintendência do Esporte), Sandra Cristina Ferreira (   
32 SETI), Ângela Christianne Lunedo de Mendonça (Secretaria da Justiça, Família e   
33 Trabalho- SEJUF), Marcela Evangelista (Secretaria da Justiça, Família e Trabalho -   
34 SEJUF), Christianne Lunardelli (Secretaria da Comunicação Social e da Cultura –   
35 SECC), Rosineide Frez (suplente – Secretaria da Educação e do Esporte - SEED), David   
36 Antônio Pancotti e Solimar de Gouveia (Secretaria da Justiça, Família e Trabalho –   
37 SEJUF/DEASE), Regina Bley (Secretaria de Estado da Educação - SEED), Jéssica Luiz   
38 Dianardi (Secretaria da Saúde - SESA), Adriana Gomes Pinto (suplente – SESA),   
39 Luciméia Swiech (suplente - Secretaria da Segurança Pública – SESP), Lenise Rosseto   
40 da Silva (Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturais - SEPL).Colaboradores: Dra.   
41 Bruna Saraiva (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Seção Paraná), Danielle Cristine   
42 Cavali Tuoto (Ministério Público do Paraná/CAOP), Dra. Luciana Linero (Ministério Público   
43 do Paraná/CAOP). Convidados: Arlete Maria Campestrini Kubota (TJ/PR), Juliana Sabbag   
44 (SEJUF/DPCA), Larissa Marsolik Tissot (DAS/SEJUF), Adriane Zielinski Chede   
45 (SEJUF/CAMFIA), Sayuri Yamaguchi (SEJUF/DPSE), Vânia V. Borges (SEJUF/DPSB) e   
46 Juliana Muller (SEC/CEDCA). **ABERTURA:** A Presidente **Ângela Christianne Lunedo de**   
47 **Mendonça** deu boas vindas aos (as) Conselheiros (as) informando sobre a pauta   
48 relacionada ao Edital Geral de apoio as Osc's. Em seguida **o vice-presidente José**   
49 **Wilson de Souza** (Instituto de Apoio a Adoção de Crianças e Adolescentes Trilhas do   
50 Afeto) fez a apresentação da proposta da divisão para o Edital Geral as OSC's elaborada   
51 e discutida pelos representantes da sociedade civil. Em seguida, a conselheira **Ires**   
52 **Damian Scuzziato** (Centro de Educação Infantil Ledi Mass Lions) falou sobre a proposta   
53 de rever o valor de 15 milhões de reais destinado ao Serviço de Convivência e   
54 Fortalecimento de Vínculos, citado no eixo 4, referente ao Direito à Educação, à Cultura,   
55 ao Esporte e ao Lazer. Como justificativa, a conselheira ressaltou a importância da   
56 prevenção (mudando a lógica do repasse do FIA) e o número alto de entidades, assim,   
57 propôs um aumento no valor do repasse. Em apoio, as conselheiras, **Maria Tereza**   
58 **Chaves** (Associação de Portadores de Fissura Labiopalatal), e a **Débora Cristina dos**   
59 **Reis** (APC), também ressaltaram a importância das ações voltadas aos serviços de   
60 prevenção, questionando de onde seriam remanejados mais recursos para contemplar a   
61 proposta. A colaboradora do CAOP/MP-PR, **Dra. Luciana Linero** perguntou se a análise   
62 de redistribuição entre as linhas foi pensada em cima das propostas efetivas, para que   
63 depois as dificuldades das execuções não sejam evidenciadas. Falou também, sobre a

64 importância de deixar margem para realocar os serviços vinculados à prevenção citando  
65 os serviços de atendimento de saúde mental e do tratamento de saúde para adoção, que  
66 devido ao contexto atual deverão sofrer reestruturação. A conselheira representante da  
67 Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED, **Regina Bley**, questionou os  
68 critérios adotados para a retirada do valor de R\$500.000 (quinhentos mil reais) da ação  
69 voltada às comunidades indígenas e quilombolas do eixo 06. Ressaltando que gostaria  
70 que esse valor voltasse a ser contemplado. Os conselheiros discutiram então, sobre a  
71 importância de contemplar a solicitação da conselheira Regina Bley, e sobre as ações  
72 voltadas ao processo de adoção que precisa ser iniciado. Em seguida, a chefe do  
73 Departamento de Assistência Social – DAS/SEJUF, **Larissa Marsolik Tissot**, questionou  
74 sobre a retirada das linhas de ações voltada as medidas socioeducativas – MSE. Assim, a  
75 presidente **Ângela L. Mendonça** (SEJUF/DPCA), explicou que o edital é voltado para as  
76 entidades da sociedade civil, e não para as entidades governamentais que mais executam  
77 essas ações, por isso a exclusão. A conselheira **Irês** apresentou, portanto, a seguinte  
78 proposta para aumentar o valor do repasse para o Serviço de Convivência e  
79 Fortalecimento de Vínculos (SCFV – eixo 04): do valor de 10 milhões, subtrair 05 milhões  
80 da ação de “promoção e garantia de acesso à saúde de crianças e adolescentes (eixo 1),  
81 do valor de 6 milhões, retirar 01 milhão da ação de “qualificação de aprendizagem (eixo  
82 5)”, do valor de 4 milhões, retirar 02 milhões da “ação de erradicação do trabalho infantil”,  
83 somando 08 milhões de reais. Repassando 500 mil reais a ação das “comunidades  
84 indígenas e quilombolas (eixo 06). Ficando, portanto, o aporte do valor de R\$  
85 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) para o SCFV que ficará com o total **de**  
86 **R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais)**. A coordenadora da  
87 Divisão de Proteção Social Especial – DPSE/SEJUF, **Larissa Sayuri Yamaguchi**, fez um  
88 esclarecimento sobre a retirada do valor de 01 milhão de reais da ação de “qualificação e  
89 da aprendizagem”, pois estes serviços são realizados em sua maioria por órgãos públicos  
90 nos municípios. Ressaltando sobre a dificuldade de se obter dados sobre o custo do  
91 serviço devido as diferentes realidades dos municípios, assim, a mesma explanou sua  
92 concordância com relação ao remanejamento do referido recurso. Continuando as  
93 discussões, o conselheiro **Antônio Carlos Pereira (AMO)** perguntou se o remanejamento  
94 do recurso da ação voltada à promoção de acesso à saúde de crianças e adolescentes  
95 (eixo 1 – direitos a vida e à saúde) não fará falta. Respondendo, a conselheira da  
96 Secretaria de Estado da Saúde – SESA, **Jéssica Luiz Dinardi**, informou que o recurso

97 pode ser retirado devido a realização dos investimentos próprios da SESA. Enfatizando a  
98 fala da técnica, Juliana Sabbag (SEJUF/DPCA), sobre a responsabilidade do colegiado na  
99 construção dos critérios para o repasse dos recursos, a conselheira **Débora Cristina dos**  
100 **Reis** (APC), ressaltou a importância do compromisso de “todos” os envolvidos no  
101 andamento do processo, principalmente da SEJUF, que deve subsidiar o aporte técnico  
102 operacional para a execução do edital. Pois, caso contrário, o colegiado vivenciará a  
103 mesma situação da demanda não sair do papel. A respeito dessa situação, a **presidente**  
104 **Ângela** informou sobre a organização intersetorial que já esta sendo realizada  
105 internamente para o atendimento da demanda. O conselheiro **Rodrigo Silva Bonfim**  
106 (Hospital Pequeno Príncipe) evidenciou que, apesar das explanações, explicações e  
107 justificativa, os dados apresentados não sustentam os critérios. Pois, é preciso obter  
108 dados concretos que embasarão a elaboração dos critérios, tais como, nº de  
109 atendimentos e o valor razoável do custo do serviço. Assim, **a presidente Ângela**, propôs  
110 o envio de ofício do CEDCA às secretarias/ departamentos envolvidas informando sobre o  
111 cronograma das reuniões que terão como objetivo a construção coletiva desses critérios,  
112 solicitando a organização das informações não somente da política como um todo, e sim,  
113 do detalhamento técnico da gestão e da cobertura do serviço no Estado. A conselheira  
114 **Márcia Gonçalves Valim Paiva** (Instituto Leonardo Murialdo) evidenciou que estes  
115 apontamentos serão fundamentais para o estabelecimento dos critérios, pois na  
116 atualidade os serviços estão sendo executados em uma lógica diferente, pois tiveram que  
117 se reinventar, por isso, a necessidade da realização de uma análise ampla da situação,  
118 contemplando essa nova realidade. Em seguida, a técnica **Juliana Sabbag**  
119 (SEJUF/DPCA), apresentou a proposta do cronograma das reuniões que ocorrerão com a  
120 DPCA, com o representante do departamento correspondente da ação, e um conselheiro  
121 do CEDCA. Eixo 1 – 29/09, Eixo 2 – 30/09, Eixo 3 – 30/09, Eixo 4 -01/10, Eixo 5 – 02/10,  
122 Eixo 6 – 03/10. Sem seguida, a **presidente Ângela** informou que esteve com o  
123 governador e o secretário da SEJUF, onde foi discutida a necessidade do  
124 **remanejamento e aporte do valor de 30 milhões de reais para o Programa Cartão**  
125 **Futuro**, devido à situação peculiar da atualidade de contingenciamento de gastos. Assim,  
126 foi realizado um estudo para o remanejamento dos recursos dos programas  
127 governamentais que possuem saldos. A conselheira **Marcela Evangelista**  
128 **(SEJUF/GOFS)**, apresentou a planilha explicando que o remanejamento realizado foi das  
129 linhas que possuem saldos, e não do superávit e estornos, contento a seguinte proposta:

130 DELIBERAÇÃO Nº 004/2009, 009/2009, 002/2010, 01/2011, 35/11 e 111/12 - Centros da  
131 Juventude e Aditivos – SEJUF/DAS – DPSB – nova ação – R\$ 2.500.000,00;  
132 DELIBERAÇÃO Nº 111/14 - Obras DEASE - EM EXECUÇÃO. Saldo sendo utilizado pelo  
133 DEASE, obras sob os cuidados da ATA – nova ação R\$7.500.000,00; Deliberação nº  
134 064/2017 - Diagnósticos e Pesquisas – SEJUF/DPCA – nova ação R\$ 5.000.000,00 -  
135 Deliberação nº 83/13, 53/14, 69/14 e 88/14, 107/17 - Conselho Tutelar Referencial –  
136 OBRAS - EM EXECUÇÃO. Obras sob a supervisão da DPCA e da ATA. São 31 CT, 03 em  
137 construção, os demais em fase de projeto – SEJUF/DPCA – ATA – nova ação  
138 R\$2.500.000,00; Deliberação nº 023/2020 - Programa Liberdade Cidadã – Saldo Final da  
139 Deliberação R\$ 5.000.000,00 – nova ação – R\$ 3.694.426,93; Deliberação nº 023/2020 -  
140 Programa para substituição do AFAI - Saldo Final da Deliberação R\$ 2.013.910,00 – nova  
141 ação R\$ 2.013.910,00; Deliberação nº 023/2020 - Incentivo Centros da Juventude - Saldo  
142 Final da Deliberação R\$2.800.000,00 – nova ação R\$ 2.800.000,00; Deliberação nº  
143 023/2020 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Saldo Final da  
144 Deliberação R\$ 13.943.481,21 – nova ação R\$ 4.000.000,00. **Valor Total de R\$**  
145 **30.008.336,93**. Em análise, a **conselheira Débora** ressaltou que após essa  
146 demonstração, tirando o montante de recurso de algumas linhas para o programa Cartão  
147 Futuro, fica claro o restante que precisa ser executado. E a **Dra. Danielle Cristine C.**  
148 **Tuoto (CAOP-MP/PR) evidencia** que todo o investimento para o referido programa está  
149 sendo efetuado pelo FIA sem nenhuma contrapartida do governo. Com relação aos saldos  
150 das deliberações do DEASE p/ execução de obras (do município de Apucarana), a  
151 **conselheira Márcia** perguntou se essa retirada não envolve os projetos atuais que foram  
152 propostos no colegiado. Em resposta, o **conselheiro Coronel Pancotti**  
153 **(SEJUF/DEASE)**, respondeu que não, pois estes recursos são implicações da não  
154 destinação da contrapartida do governo que não foi realizada. E ainda sobre os recursos  
155 das obras que não foram executadas, a **técnica Juliana Sabbag (DPCA/SEJUF)**  
156 informou que deu prioridade para as 15 (quinze) obras que estão em andamento para  
157 garantir a finalização da execução, sendo que os recursos que foram retirados das outras  
158 obras previstas serão repostas posteriormente no decorrer do andamento do processo.  
159 Finalizando a discussão, a **conselheira Débora** ressaltou sobre a importância da  
160 realização da análise dos recursos repassados fundo a fundo do programa Crescer em  
161 Família. Assim, a **conselheira Marcela** informou que o processo de monitoramento dos  
162 saldos até o mês de Agosto/2020 ainda está aberto para os municípios responderem, e o

163 processo da prestação de contas também está vigente até o dia 30/09, então, para o mês  
164 de Outubro a equipe já terá condições de analisar e apresentar ao colegiado o panorama  
165 da execução atualizado. **Em votação, a presidente Ângela informou sobre a**  
166 **aprovação por unanimidade das linhas do Edital Geral das OSC's, bem como o**  
167 **cronograma das reuniões, que viabilizarão a construção dos critérios. Aprovado**  
168 **também, o remanejamento dos recursos para o Programa Cartão Futuro, sendo que**  
169 **o detalhamento da proposta será apreciado posteriormente na reunião da câmara**  
170 **de políticas pública.** A presidente **agradeceu a presença** de todos/as, encerrando a  
171 reunião. A presente Ata foi lavrada por **Juliana Muller**, funcionária da Secretaria  
172 Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do  
173 Paraná, lotada na Divisão de Apoio aos Conselhos – Departamento de Direitos Humanos  
174 (DEDIF) e, após sua leitura e aprovação, será publicada no DIOE e disponibilizada no site  
175 do CEDCA/PR.